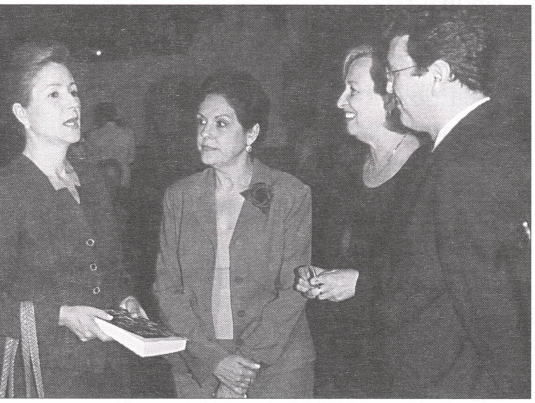
Jornal Fêmea

Ano VIII
Nº 95
Brasília/DF
Dezembro/2000

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

FOTO: EDSON GÊS/Correio Braziliense



Dicionário de Mulheres é lançado em Brasília

Cerca de 200 pessoas compareceram ao lançamento do "Dicionário Mulheres do Brasil - de 1500 até a atualidade", em Brasília. O lançamento se transformou numa festa que reuniu parlamentares, feministas e musicistas, no Teatro Nacional. O livro, dos autores, Schuma Schumaher e Érico Vital tem mais de 500 páginas, 270 reproduções ilustrativas reunindo dados biográficos de cerca de 900 mulheres que fizeram história no Brasil. O Dicionário que faz parte do projeto "Mulher 500 anos atrás dos panos" está sendo lançado em várias capitais do Brasil. (pág. 5)

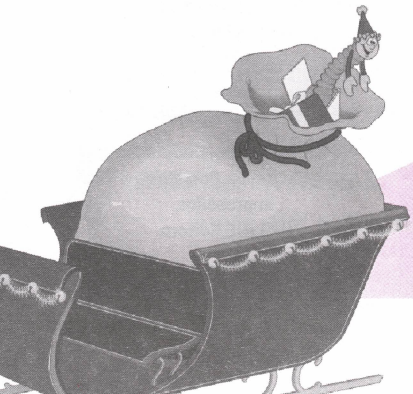
AIDS E ADOECIMENTO SOCIAL.
PÁGINA 2

MULHERES DE CENTRAIS SINDICAIS NO CFEMEA.
PÁGINA 3

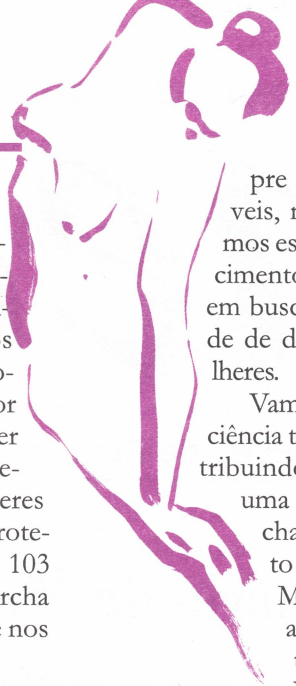
A MULHER NA MÍDIA.
PÁGINA 6 e 7

Fim de século. Fim de milênio. Para nós que estamos viajando por essa vida um Feliz Natal, Ano Novo, e Esperança na Nova Era. Para refletir lá vai uma mensagem do grande poeta Fernando Pessoa:

"Para viajar basta existir.
Vou de dia para dia. Corro de estação para estação, no comboio do meu corpo ou do meu destino debruçado sobre as ruas e as praças, sobre os gestos e os rostos, sempre iguais e sempre diferentes como afinal as paisagens são.
A vida é o que fazemos dela.
As viagens são os viajantes.
O que vemos é o que vemos. Senão o que somos".



Editorial



Fim de século. Temos que comemorar. Nos últimos anos as mulheres ganharam visibilidade, principalmente na mídia. Por muitas vezes fomos manchete nos grandes veículos de comunicação do país que anunciaram, por exemplo, a chegada da primeira mulher ministra no STF (Supremo Tribunal Federal), o aumento do número de mulheres candidatas nas eleições municipais, proteção social à maternidade (convenção 103 da OIT), mortalidade materna, a Marcha das Margaridas, entre outros temas que nos transformaram em notícia.

A mídia descobriu as mulheres e as mulheres batalharam sua visibilidade. Uma conquista que vem crescendo a cada ano. Aprendemos como chegar com competência na mídia mostrando o que temos de melhor. Nem sempre as manchetes foram favoráveis, mas a verdade é que ganhamos espaço, notoriedade e reconhecimento pelos feitos, lutas e causas em busca da cidadania e da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Vamos virar o século com a consciência tranqüila de que estamos contribuindo para um Brasil melhor e uma sociedade mais justa. E fechamos o ano com o lançamento providencial do Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade – da feminista Schuma Schumaher e Érico Vital, que resgatou o nome de cerca de 900 mulheres que fizeram história no nosso país. E para todas nós um novo século de mais vitórias e felicidades. Até lá.

AIDS – Luta contra o adoecimento social

* Ana Paula Prado

As comemorações relacionadas ao dia 1º de dezembro, Dia Mundial de Luta Contra à Aids, marcam uma nova fase da mobilização em torno da epidemia, onde para além da prevenção, da simples distribuição de preservativos e material educativo, busca-se a desconstrução da morte eminente das pessoas afetadas pelo vírus HIV/Aids, pontuando de forma acertada a existência de vida saudável naqueles que se descobrem soropositivos.

Num país onde mais de 500.000 pessoas são afetadas diretamente pelo HIV/Aids, torna-se fundamental transcender o que já avançamos, tendo em vista que as questões mais subjetivas da convivência com o vírus, ainda são pouco trabalhadas.

Infelizmente ainda concentramos nossa força na questão clínica da epidemia, distribuição de medicamentos e de preservativos , consultas médicas, entre outras, fator de grande importância para controle e garantia de vida saudável para as pessoas portadoras de HIV/Aids, mas precisamos adotar novas posturas no trato da epidemia, o contexto nos impõe isto.

As questões subjetivas, tais como o preconceito e discriminação, ainda hoje são responsáveis pelo ***"adoecimento social"***, que as pessoas que vivem com HIV/Aids tem que enfrentar no seu cotidiano, sendo esses fatores fundamentais de serem trabalhados, para a garantia da qualidade de vida das pessoas soropositivas.

Quando simplificamos uma discussão tão complexa como essa , a uma simples distribuição gratuita de medicamentos, corremos o risco de não alcançarmos os desafios impostos, ou seja, que a pessoa possa aceitar sua condição e construir formas saudáveis de convivência com o vírus. A falta de grupos de convivência ou terapêuticos, compostos por vários profissionais (interdisciplinar), mostram ,internacionalmente, a possibilidade de avanço.

Atualmente, as Unidades de Referência para tratamento de HIV/Aids no Distrito Federal mal dão conta das demandas clínicas apontadas por nós soropositivos, vivenciamos uma acomodação do poder público frente à epidemia, que vem de encontro com o sucateamento e burocratização dos serviços oferecidos.

Tendo em vista o panorama atual, torna-se condição primordial a organização de pessoas que vivem com HIV/Aids, conjuntamente com as ONG-Aids, que têm exercido historicamente papel fundamental na definição de ações dessa política, a partir do controle social garantido pelo SUS.

* Ana Paula Prado é Assistente Social e Presidente da Associação Brasiliense de Combate à Aids-Grupo Arco-Íris

CFEMEA
Centro Feminista de Estudos e Assessoria

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602, Ed. Venâncio 3000, CEP: 70716-000, Brasília-DF – Brasil
Telefone: (61) 328-1664 - Fax: (61) 328-2336
E-mail: cfemea@cfemea.org.br
Home page: http://www.cfemea.org.br

Conselho Deliberativo:
Leila Linhares, Maria Aparecida Schumaer, Maria José Rosado e
integrantes do Colegiado:
Almira Correia de C. Rodrigues, Guacira César de Oliveira e Malô Simões Lopes.

Programa **DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA**

Equipe Responsável:
Almira Correia de Caldas Rodrigues, Guacira César de Oliveira e Malô Simões Lopes.

Equipe CFEMEA:
Adriano Fernandez Cavalcante, Aldnéia Viana de Araújo, Almira Correia de Caldas Rodrigues, Catherine Braga Monteiro, Cláudia Almeida Teixeira, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Edna Maria Cristina Santos, Eliana Magalhães Graça, Elizabeth Saar, Fabiana Zamora, Glaci do Carmo Bren de Andrade, Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês, Malô Simões Lopes, Mirla de Oliveira Maciel, Sérgio Gomes Timóteo e Sônia Malheiros Miguel.

Assessoras Parlamentares:
Dyana Yzabel Azevedo Dias, Eliana Magalhães Graça e Elizabeth Saar.

Jornalista Responsável: Edna Maria Cristina Santos, RP 1439/08/60/DF

Estagiárias:
Iéri Barros Luna e Marije de Groot

Apoio:
Fundação FORD, FNUAP e UNIFEM

Tiragem:
5.000 exemplares.

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica, Fotolito e Impressão:
UP LINE Editora

CFEMEA se reúne com mulheres de Centrais Sindicais

Mulheres representantes das Centrais Sindicais CUT, CGT, Força Sindical, CONTAG e SDS, além do DIEESE e FLACSO reuniram-se em Brasília no dia 7 de dezembro com o CFEMEA. O objetivo do encontro foi discutir a participação das Centrais no projeto " Relações de Gênero no Mundo do Trabalho: Direitos e Realidade" desenvolvido pelo CFEMEA, com apoio do Fundo para a Igualdade de Gênero, da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA). O projeto visa aprofundar a perspectiva de gênero no âmbito da igualdade/eqüidade nas relações de trabalho, discutir a legislação de proteção do mercado de trabalho da mulher, a violência no mundo do trabalho e a diversidade de mercados e relações de trabalho (formal/informal, rural e urbano). O CFEMEA se propõe, por intermédio do projeto, a contribuir para reforçar a articulação entre as Centrais e o Congresso Nacional, visando uma legislação que avance nos direitos das mulheres e que garanta os direitos já conquistados. Nova reunião deverá acontecer no início do próximo ano para definir prioridades: quais os problemas que as mulheres trabalhadoras vivem hoje e que deveriam ser o cerne do projeto.Foi sugerida uma campanha nacional sobre algum tema julgado prioritário que possibilitasse popularizar as reivindicações das mulheres trabalhadoras. Todas as participantes assumiram o compromisso de fazer uma checagem da relação de projetos de lei,que o CFEMEA acompanha na área de trabalho e previdência, com as principais reivindicações do movimento sindical.

Mulheres extrativistas da Amazônia realizam encontro

Moema L. Viezzer*

Na Cabanagem, um modesto lugar de Marabá/Pará, reuniram-se 14 mulheres líderes extrativistas convocadas pela Secretaria da Mulher do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Elas são extrativistas da castanha, da seringa, do açaí, quebradeiras de côco e de outros produtos da Floresta que elas ajudam a preservar, ao mesmo tempo em que contribuem para manter as populações sediadas na região, convivendo com a Natureza, sem destruí-la, como fazem os que para lá se dirigem com fins exclusivos de lucro.

O encontro faz parte do projeto Formação de Mulheres Líderes Trabalhadoras Rurais e Extrativistas, com patrocínio BID/Prolid e da instituição finlandesa KEPA. Vindas dos Estados de Tocantins, Maranhão, Pará, Rondônia e Amapá, estas mulheres trabalharam intensamente durante dois dias e meio (27,28,29/11) para realizar em conjunto, pela primeira vez, o Planejamento da Secretaria da Mulher Extrativista do CNS, iniciando um novo momento na história da mesma: a implantação dos Núcleos Regionais da Secretaria nos nove estados da região Amazônica onde o CNS atua.

O tema central do encontro respondeu a uma necessidade básica das participantes: aprofundar a aprendizagem de trabalho institucional para fortalecer suas organizações e movimentos. De fato, as mulheres extrativistas têm desenvolvido ações da maior importância para a qualidade do ambiente e de vida na região amazônica. Entretanto, pouco se trabalhou sobre o fortalecimento institucional, capacitação básica para a formação em gênero e liderança.

Como resultado, as regiões se comprometeram a: 1– *realizar em cada estado um curso de formação de multiplicadoras em gênero e liderança* utilizando os materiais produzidos no projeto da Rede Mulher de Educação "Mudando o Mundo com as Mulheres da Terra" (cartilhas, calendário, vídeo, programas radiofônicos); 2- *centrar a atenção em uma ação prioritária nos próprios estados*, respeitando as necessidades específicas locais; e 3.- *fortalecer-se institucionalmente,* tanto na coordenação da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista do CNS, como nas Coordenações Regionais da Secretaria. (moema@certto.com.br)

* Moema L. Viezzer é coordenadora da Rede Mulher de Educação

Ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, fala sobre Salário-Maternidade na Comissão de Trabalho

Por requerimento dos deputados Jair Menegueli (PT/SP) e Ricardo Berzoíni (PT/SP), a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, ouviu, no último dia 6, o Ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, sobre os mecanismos de recebimento do salário-maternidade. Na ocasião o Ministro ressaltou a importância do pagamento direto pelo INSS deste benefício, pois, só assim, as contribuintes ficaram conhecidas pelo Ministério. Antes as empresas não informavam corretamente quem havia recebido o benefício, o que acarretou muitas fraudes.

Os deputados mostraram listas de nomes de mulheres que tiveram problemas sérios no momento de recebimento do benefício, tais como, demora de até 6 meses para regularizar a situação. Demonstraram, ainda, como os postos de atendimento não estão preparados para receber o grande número de mulheres à procura de receber o salário-maternidade. Tendo em vista a gravidade e os transtornos que causam o atraso no pagamento do salário-maternidade, os deputados solicitaram o retorno à situação que existia antes da vigência da lei nº 9876/99, ou seja, que as empresas voltassem a pagar diretamente o benefício e que depois fossem ressarcidas pelo INSS.

Por último, o Ministro solicitou a votação do PL Nº 3392/2000, de autoria do Poder Executivo, que trata do salário-maternidade para as mães adotantes. No momento, foi prestado esclarecimento de que já existem vários projetos sobre o tema tramitando na Câmara dos Deputados, desde 1996, e que ainda não foram votados por vontade da própria base governista, com o argumento de que tal benefício aumentaria o custo Brasil.

CPI da Mortalidade Materna

A CPI da Mortalidade Materna realizou, durante o mês de novembro, quatro atividades:

- Dia 14- audiência pública em Campo Grande (MS), quando foram ouvidos representantes do governo estadual e da sociedade civil organizada ligados ao tema da investigação;
- Dia 22- ouviu a Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal, Sra. Kátia Lemos, em audiência pública seguida de uma parte reservada quando foram apresentados dados sigilosos,
- Dia 29- reunião interna para decidir a pauta das duas semanas anteriores ao recesso parlamentar, que se inicia no dia 15 de dezembro.

Projetos aprovados em Comissões no Congresso Nacional

Foi aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), da Câmara dos Deputados, o projeto de lei nº 467/99 de autoria do deputado Coriolano Sales (PMDB/BA), que altera a Lei 1.060/50 e estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, para conceder a gratuidade do exame de DNA nas ações de investigação de paternidade. O projeto agora seguirá para a apreciação do Senado Federal.

Na Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, foi aprovado, no dia 06/12, o projeto de Lei nº 2155/99, de autoria da deputada Luíza Erundina (PSB/SP) que dispõe sobre a publicação anual, pelo Poder Executivo, de dados estatísticos na área social relativos à mulher, com base no exercício anterior. Os dados publicados dizem respeito, principalmente, a todo e qualquer tipo de violência sofrida pela mulher; aos índices de mortalidade e desemprego; à incidência de gravidez na adolescência e ao número médio de filhos por mulher; ao nível de instrução; entre outras informações relativas à vida social da mulher. O projeto agora será enviado ao Senado para sua apreciação.

Nesta mesma Comissão (CSSF), foi aprovado o projeto de lei nº 64/99, de autoria da deputada Iara Bernardi (PT/SP), que estabelece admissão tácita de paternidade. Caso o pai se negue a submeter-se a exame de DNA, tal recusa é considerada como admissão tácita de paternidade. O projeto agora seguirá para a Comissão de Constituição, e Justiça e de Redação.

Na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, no dia 22/11, foi aprovado o projeto de lei, PLS nº 530/99, de autoria do senador Tião Viana (PT/AC), que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares. O projeto agora será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Também na CAS foi aprovado o Projeto de lei, PLS 600/99, de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB/CE), que assegura o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto. O projeto segue agora para a CCJ.

Dicionário das Mulheres é lançado em Brasília

Com a presença de cerca de 200 pessoas, entre representantes de ONGs, parlamentares, Movimento de Mulheres, CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), universitários e da Comunidade Solidária, foi lançado, em Brasília, no Foyer do Teatro Nacional, o Dicionário Mulheres do Brasil- de 1500 até a Atualidade. O evento foi promovido pelo CFEMEA, Bancada Feminina no Congresso Nacional, CNDM, Redeh e Arte Sem Fronteiras e teve apoio da Caixa Econômica Federal, Fundação Ford e Unifem. A noite de autógrafo contou com @s autores do trabalho Schuma Schumaher e Érico Vital e com a presença de autoridades como o Secretário Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Gilberto Sabóia, e a nova ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Ellen Gracie. O lançamento se transformou numa festa com coquetel, música da tradicional Orquestra de Senhoritas de Brasília, venda de livros, data-show, muita conversa e reencontro de feministas.

FOTO: EDSON GÊS/CORREIO BRAZILIENSE

Schuma Schumaher fez questão de frisar que o Dicionário é uma obra coletiva e inacabada e que tantas outras mulheres não incluídas no livro são também "verbetes" da nossa história. "Fiquei apaixonado pelo projeto desde o início pelo ineditismo e pela causa social que ele defende. É um trabalho que reorganiza a visão da história do Brasil", afirmou um dos autores do livro Érico Vital da produtora Arte Sem Fronteiras. Três mil exemplares do livro estão sendo vendidos em circuito comercial nas livrarias e 4000 volumes vão ser distribuídos em bibliotecas, universidades, centros de pesquisa, núcleos de estudos e ONGs. Vital lembrou que a partir de agora "a menina dos olhos" do projeto é o Kit Educação do MEC. Com o apoio do Ministério da Educação o trabalho deverá ser transformado em 5 videos, acompanhados de cartilhas para serem distribuídos a todos os professores do país. A previsão é que o Kit esteja pronto num prazo de 2 anos.

A ex-prefeita de São Paulo, deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), citada no livro, esteve no lançamento e afirmou que o Dicionário retrata a jornada épica das mulheres brasileiras na luta pela cidadania e preservação da história. "É a nossa renovação do compromisso com as utopias e sonhos. Espero que apareçam novos Dicionários com mais mulheres que defendam uma nação livre, soberana e justa.As mulheres que constam nesse primeiro livro foram as avalistas que nos permitiram chegar até aqui". A presidente do CNDM, Solange Bentes ressaltou que o livro resgata a história das mulheres que contribuíram para a história deste país e que, até então, eram consideradas praticamente anônimas. "Se temos hoje uma mulher no Supremo é porque houve mulheres pioneiras como essas que foram retratadas no livro", afirmou a ministra do STF, Ellen Gracie.

A aluna de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Ianni Barros, vibrou com o livro argumentando que a partir de agora existe uma fonte de pesquisa que retrata realmente a participação das mulheres na história do Brasil. A terapeuta corporal, Nilce Gomes, feminista e fundadora do SOS Mulher no Rio de Janeiro, disse que o livro passa a ser uma referência completa de informação para as mulheres mais jovens e também representa um registro histórico importante do movimento feminista. "Achei ótimo ver que as cangaceiras do Nordeste estão no livro", disse entusiasmada Vanete Almeida, do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural de Pernambuco. A jornalista Mara Régia, da Rede de Mulheres do Rádio, lembrou que a pesquisa do livro teve a contribuição de mulheres da Amazônia, ouvintes de rádio, que através de cartas apresentaram sugestões de nomes de mulheres que fizeram a história do nosso país. "O Dicionário mostrou mulheres que não se julgavam protagonistas, nem tiveram consciência que poderiam entrar para a história, como por exemplo, a Mãe Luzia, parteira do Amapá", conta Mara Régia.

O "Dicionário Mulheres do Brasil - de 1500 até a atualidade" tem mais de 500 páginas, 270 reproduções ilustrativas reunindo dados biográficos, temáticos, dados pessoais e fatos da vida de cerca de 900 mulheres que fizeram história no Brasil. Faz parte do projeto "Mulher 500 Anos Atrás dos Panos" que nasceu com a proposta de resgatar e divulgar a participação das mulheres na formação e no desenvolvimento do país sob um olhar feminino. O projeto é uma iniciativa da ONG, REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano) do Rio de Janeiro com a Arte Sem Fronteira Produções. Conta com o apoio da Fundação Ford.

Estará à vista um horizonte de audiências cidadãs para a mídia?

FÁTIMA PACHECO JORDÃO*

A televisão aberta brasileira experimenta hoje, uma disputa real e acirrada por segmentos de consumidores de baixa renda, ao mesmo tempo em que busca definir, para os mercados mais sofisticados, as televisões fechadas, por cabo.

No entanto, nesse novo encontro entre audiências populares e a mídia, as regras começam a mudar. A televisão enfrenta, pela primeira vez, a concorrência real de novos meios que disputam as audiências populares.

É impressionante o crescimento de leitura da mídia impressa popular. A circulação de revistas populares voltadas para um público de leitores de baixa renda, como Ana Maria, Carícia, Malu, aumentou 70% nos últimos 3 anos. Ocorreram lançamentos e reformas de jornais mais populares com conteúdos abrangentes como os jornais Extra e O Dia, no Rio, e Agora e Diário Popular em S.Paulo. Essa ampliação de públicos, onde o segmento feminino teve papel estratégico, foi um dos fatores que garantiram um crescimento médio de 7% ao ano da circulação dos jornais entre 90 e 99 no Brasil. Fato inédito, no panorama internacional.

À parte essa nova concorrência entre os meios de comunicação, não se pode deixar de contabilizar as legiões de alunos que se incorporaram ao ensino médio e superior nos últimos anos. Inevitavelmente, forma-se nesses segmentos um público mais informado e crítico, a constituir um fator a mais de novas exigências sobre os meios de comunicação.

Neste momento a lógica de crescimento da mídia é mais complexa do que a simples agregação de audiências e coloca-se a necessidade de um ajuste inédito que implica a construção de legitimidade e credibilidade para seus conteúdos.

É da tradição da mídia eletrônica brasileira, sobretudo do rádio, a cobertura de problemas locais, seguida da pressão sobre os órgãos e empresas em busca de soluções para as suas audiências. Mais recentemente, em seus programas regionais, a TV Globo desenvolveu uma editoria específica e um jornalismo fortemente voltado para as comunidades e suas organizações locais.

Em um processo convergente, os grupos organizados nas comunidades, majoritariamente liderados por mulheres, têm buscado capacitação e treinamento para lidar com os meios e têm fortalecido suas posições como fontes estratégicas para jornalistas e comunicadores.

De outro lado, grupos como Tver, liderado por Marta Suplicy em S.Paulo, ou o Centro de Mídia para Crianças e Jovens, dirigido, entre outras, pela ex-diretora de programação da TV Cultura de S.Paulo, Beth Carmona, têm agregado um componente de crítica à televisão com grande potencial de desenvolvimento e influência.

Com o tempo, tais ações tendem a ganhar mais amplitude e ressonância, na medida que não são apenas o resultado da reflexão e da crítica de correntes isoladas, mas sim de preocupações que já se percebem nas grandes audiências.

Em pesquisa de opinião publicada pela agência de publicidade Propeg (Fala Brasil, 1998), as atitudes da população brasileira frente à televisão eram inequívocas e críticas, apesar dos grandes índices diários de audiência do meio. Mais de 87% reclamavam do excesso de sexo, de abusos em programas de auditório tipo mundo cão, de excesso de violência, inclusive nos noticiários.

Novos valores de cidadania emergiram: 80% dos entrevistados conco daram com a opinião de que "de um maneira geral, a mulher é tratad como objeto sexual na televisão" 82% com que "o negro sempre apa rece numa situação de inferioridade"

São posturas sinalizadoras de no vos horizontes para a mídia. Isso, ser contar os novos impactos da nov mídia - a Internet. Essa é uma outr estória, mas que também leva ma água para o moinho da formação d audiências cidadãs.

O movimento organizado de mu lheres não esteve parado a meio des sas transformações. Ao contrário. S que, daqui para a frente, talvez pre cise correr mais.

* FÁTIMA PACHECO JORDÃO É SOCIÓLOGA ESPECIALISTA EM ANÁLISE DE INFORMAÇÃO

A mulher e a mídia

Eliane Cantanhêde*

Nessa nossa guerra selvagem e cotidiana pela ocupação de espaços, vocês, políticas, que me desculpem, mas nós, jornalistas, estamos dando de dez a zero em vocês.

A ver. Toda a chamada "grande imprensa", que reúne os jornais de circulação nacional, investe e atrai um número cada vez maior de mulheres jornalistas. O investimento e a atração, aliás, não são apenas quantitativos. São também qualitativos.

Basta dar uma voltinha pelas redações para verificar que elas estão lotadas de mulheres. Basta dar uma olhada nas páginas dos jornais para ver que nós, as mulheres, estamos ocupando as direções, chefias, coordenações e colunas, tanto na política quanto na economia.

Nos meus últimos levantamentos, a mulher já ocupava mais de 35%, em uns casos, ou de 40%, em outros, das redações da Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, Globo e Jornal do Brasil. E só não chegava a 50% por causa de duas editorias, Esportes e Fotografia, ainda redutos masculinos. Mas estamos chegando lá!

Essa proporção se repete, por exemplo, nos comitês da Câmara e do Senado. Quando a gente pensa que no fim dos anos 60 só havia uma mulher jornalista no Congresso inteiro... Nos telejornais e nas rádios, também já somos muitas, e somos um sucesso.

Na Folha, a editora-executiva é Eleonora de Lucena. Há várias colunistas, inclusive eu, na página A-2, de Opinião. No Estadão, a diretora em Brasília é a Sílvia Farias, e a colunista de economia é a Sônia Racy. No Globo, a estrela da política é a Tereza Cruvinel, e a da economia, Miriam Leitão. No Jornal do Brasil, é a Dora Kramer. Sem contar dezenas de outras, em todas as áreas e funções.

MUJER FEMPRESS

Já a mulher na política... Apesar da lei das cotas, a bancada no Congresso nem mesmo cresceu. Aliás, nenhum partido consegue pelo menos cumprir a sua própria cota, nem nas eleições gerais, nem nas municipais. Na Câmara, são 30 mulheres no total de 513 deputados federais e, no Senado, seis no total de 81 senadores. Tão pouquinho! Nas eleições municipais, o partido que mais elegeu mulheres, proporcionalmente, foi o PSB: 11%. E ele comemora, como se fosse muito!

O grande feito da mulher na política, em 2000, foi a eleição de Marta Suplicy para a Prefeitura de São Paulo. E todos os holofotes se voltaram para ela. Quando um homem se torna um péssimo presidente, governador, prefeito, é por "n" motivos, nunca "porque é homem". Quando uma mulher é péssima em alguma coisa, é "porque é mulher". E, quando se torna ótima, não costuma ser "porque é mulher".

O pior, gente, aqui baixinho, é que nós, as quase 50% de jornalistas das grandes redações, ajudamos um bocado para isso. Por que será?

Há várias perguntas no ar, sem resposta, para uma série de perguntas. Uma delas é porque não aumenta o número de mulheres na política. Pode ser porque não há cultura para isso, porque a própria mulher não se interessa ou porque os homens se fecham nos seus feudos. Ou tudo isso.

Quanto à perguntinha azeda sobre a mulher jornalista: quando nós, mulheres, desbravamos novos espaços, novas profissões, novas fronteiras, desbravamos com uma certa "alma masculina". Talvez pela competição, talvez por uma questão de sobrevivência. E é assim que nós, jornalistas, somos as primeiras a criticar duramente a mulher política.

A mulher já é crítica por natureza. Quando é jornalista, põe crítica nisso!

* Eliane Cantanhêde é colunista e diretora da Folha de S. Paulo em Brasília

I º Congresso Brasileiro de Maternidade Segura e a Mortalidade Materna no Brasil

Jorge Andalaft Neto*

O Congresso "Maternidade Segura e Saúde Reprodutiva" ocupou a agenda de grande parte dos ginecologistas, obstetras e especialistas em reprodução humana de Brasília e outras regiões do Brasil, entre os dias 15 e 18 de Novembro de 2000. Estavam interessados especialmente em aperfeiçoar seus conhecimentos e envolver-se um pouco mais com a questão da mortalidade materna, assunto que gera interesse cada vez maior. Na América Latina e Caribe, ocorrem cerca de 23.000 mortes maternas por ano **(Acosta, A e cols., Int. J. Gyn. & Obst., 2000),** sendo que muitas delas poderiam ser evitadas. Concorre também para este fato o substrato sócioeconômico e cultural, característico dos países do 3º mundo, incluindo-se ai o nosso Brasil. Grande parte destas mulheres vive em condições inadequadas, são pobres, alimentam-se mal, são analfabetas e a elas nunca foi oferecida uma política adequada de saúde, especialmente durante o pré-natal que, muitas vezes, desde o início pode ser considerado de alto risco, pela própria patologia de base (por ex. diabéticas, cardiopatas e hipertensas).

A mortalidade materna está associada com o nível de desenvolvimento social e econômico e constitui sem duvida, um indicador da qualidade de vida das mulheres.

As estimativas de morte materna (aquelas que ocorrem no período de gravidez, parto e pós-parto) entre os países do primeiro mundo, comparados com países mais pobres, demonstram a elevada disparidade entre eles. Nos países em desenvolvimento o risco da ocorrência de morte materna varia entre 50 e 800 por 100.000 nascidos vivos. Nos países desenvolvidos este risco não é superior a 30 **(Pan American Heafh Organization - Paho, 1995)**

Fatores responsáveis por esta diferença?

1) Qualidade dos serviços obstétricos.
2) Acesso a bons equipamentos de saúde (hospitais especializados e terciários).
3) Pessoal treinado e especializado
4) Gestores competentes.
5) Políticas de saúde voltadas para a prevenção das doenças maternas.
6) Investimentos em informações básicas às gestantes.

Estudos relativos à morbidade e mortalidade em vários estados Brasileiros demonstraram que o número considerado satisfatório de consultas do pré natal (media de 6), anotados na carteira da gestante não é indicador suficiente de boa qualidade de assistência obstétrica e nem de pré-natal com qualidade satisfatória de atenção. Muitas destas gestantes, sequer recebem as orientações necessárias à proteção de sua saúde.

Com esta visão critica, os organizadores do Congresso, promoveram o I º Fórum sobre Maternidade Segura da FEBRASGO e Parceiros, subtítulo: "Estratégias para Redução da Mortalidade Materna no Brasil". Coordenado pelo professor Dr. Edmundo Chada Baracat (presidente da FEBRASGO) e que reuniu ilustres participantes tanto da própria FEBRASGO como do Ministério da Saúde, da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e de Organizações Não Governamentais (ONGs), este fórum foi inovador pelo assunto que abordou, fazendo refletir sobre à questão, os vários parceiros envolvidos.

O abortamento, outra importante causa de morte de gestantes foi tratado em momentos distintos do Congresso com destaque especial para o curso teórico- pratico de Aspiração Manual Intra Uterina (AMIU), bastante procurado pelos médicos, teve como preocupação básica o atendimento humanizado às mulheres que procuram os hospitais com abortamento, buscando informar, orientar e detectar as causas, rompendo desta maneira a cadeia de abortamentos provocados repetidos, e oferecendo boa qualidade na assistência cirúrgica ao abortamento incompleto e infectado, pela técnica aspirativa menos traumática e com mais vantagens que a curetagem uterina clássica.

Também a violência contra as mulheres foi debatida em sessão plenária e em Fórum restrito onde participaram representantes da região Centro-Oeste do Brasil, no sentido de sensibilizar estes profissionais para a implantação de ações para o atendimento às mulheres em situação de violência sexual, destacando-se a importância da profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis e AIDS no pós-estupro, e da prevenção da gravidez através da anticoncepção de emergência.

Importantes profissionais e renomados professores nacionais e internacionais prestaram sua colaboração para engrandecer este evento que culminou com a elaboração de estratégias de ação para redução da morbimortalidade das mulheres e a melhoria de sua qualidade de vida. Esperamos que outras ações políticas e de saúde sejam incorporadas a estas, para a erradicação deste problema que vem ceifando a vida de muitas mulheres no âmago de sua vida reprodutiva.

* Jorge Andalaft Neto é Presidente da Comissão Nacional de Violência Sexual e Interrupção da Gestação Prevista por Lei, da FEBRASGO e Professor Adjunto de Ginecologia e Obstetrícia da Universidade de Santo Amaro, São Paulo.

Direitos humanos
e o direito à saúde da mulher

KÁTIA LEMOS*

A definição contemporânea de Direitos Humanos aflorou após a II Grande Guerra Mundial, em conseqüência das atrocidades praticadas pelo fascismo e nazismo contra a raça humana, nascendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, que neste ano completa 52 anos de existência. Será que podemos nos considerar satisfeitos com os avanços na área dos direitos humanos? Evidentemente que não.

Ainda estamos muito aquém na luta pela preservação dos direitos humanos, não só em âmbito de norma de direito interno, como internacional, pois a legislação infraconstitucional ainda hoje destoa dos conceitos primários de igualdade e eqüidade entre homens e mulheres.

A realidade é que vivemos num país Democrático de Direito, que apesar de conter várias normas constitucionais que garantem a preservação dos direitos fundamentais da pessoa humana, de fato, o que vemos são as gritantes desigualdades sociais e a discriminação, que indicam o retardo na evolução do conceito de cidadania.

Infelizmente vivemos num país que contém normas de igualdade de tratamento entre homens e mulheres, mas que, na prática, o que se verifica são inúmeros casos de violência sexual doméstica e pública, evidentes diferenças salariais, impossibilidade, ainda hoje, para optar e ter a liberdade de escolher sobre seu direito de reprodução; inúmeros casos de tráfico de mulheres; além de ser a principal vítima de casos de erros em procedimentos na área da saúde.

O direito básico à saúde é direito fundamental que deve ser preservado, conforme as disposições legais previstas no art. 196/200 da CF/88 c/c a Lei 8.080/90 e 8.142/90, que criam e implantam o Sistema Único de Saúde, aplicando-se o princípio da igualdade de tratamento e da universalidade no atendimento médico-hospitalar em todo o país.

Com base em diversos exemplos que demonstram o descaso do Sistema público de saúde em relação ao usuário e, principalmente a sua maior vítima - a mulher, a usuária, o Ministério Público do DF instalou a Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde - PROSUS-DF, a qual tem o condão de fiscalizar o cumprimento das diretrizes institucionais e das normas legais na criação de políticas públicas na área da saúde. O processo é lento, porém temos esperança de formar uma conscientização social de tratamento humanizado, a partir da relação médico/usuária, que vem há muito sendo quebrada pelos percalços do sistema público de atendimento à saúde da população.

A inexistência de um programa de saúde que crie um correto planejamento familiar; que crie uma assistência pré-natal eficiente e, por conseguinte, tenha uma eficácia maior na assistência do parto, acarretam à mulher, ainda, problemas de ordem psicológica, que poderão afetar a instituição familiar como um todo.

Para a redução do índice da mortalidade materna, que chega a assustar qualquer estudioso no assunto, não é preciso aplicar alto investimento, porém boa vontade de realmente melhorar o sistema com simples assistência básica já seria suficiente para reduzir o nível da morbidade. FALTA FAZER!!

* KATIA LEMOS É PROMOTORA DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Uma mulher no Supremo

Numa solenidade concorrida, com a presença de parlamentares, representantes do Movimento de Mulheres e da área jurídica, foi empossada, no dia 14 de dezembro, a primeira mulher no STF- Supremo Tribunal Federal, a mais alta cúpula do Poder Judiciário. Ellen Gracie, 52 anos, carioca, ex-presidente do TRF- Tribunal Regional Federal da quarta região (SC, Pr e RS) é formada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde fez também pós-graduação em Antropologia Social. Ellen é separada, tem uma filha e mora em Porto Alegre.

A nova ministra concedeu entrevista ao Fêmea antes da posse e falou da importância do Movimento Feminista na condução dos processos de ascensão das mulheres a cargos de poder.

FOTO: EDSON GES/CORREIO BRAZILIENSE

Como será seu trabalho no STF? Quais as prioridades?

Não sei como se dará o trabalho no Supremo. Ainda estou chegando e quando assumo algum cargo tenho sempre a postura de cautela, aprendizado e reserva. Tenho o privilégio, neste momento, de fazer parte de uma composição ilustre do Supremo que conta com ministros que participaram da Constituinte, professores universitários e profissionais que galgaram todos os postos da carreira jurídica. Destaco que as questões de Direitos Humanos que por ventura venham a ser apreciadas no Tribunal são importantes e de interesse da mulher.

A senhora já participou de algum Movimento Feminista?

Fui presidente fundadora da Associação de Diplomadas Universitárias do RS e da Associação de Mulheres Magistradas. Tenho conhecimento de algumas atividades do Movimento de Mulheres, mas não tenho contato direto com os grupos. Reconheço, no entanto, sem a pressão do Movimento Feminista as mulheres não teriam a ascensão e a importância que têm hoje na sociedade brasileira. Na carreira jurídica, por exemplo, temos muitas mulheres em posição de poder. A Justiça Federal de primeira instância é composta, hoje, por 30% de mulheres. No TRF da Quarta Região, dos 23 juízes 8 são mulheres.

A senhora pretende, de alguma forma, trabalhar em parceria com o Movimento de Mulheres?

Como juíza tenho uma atitude imparcial e de não adesão a qualquer questão. Tenho que ser isenta, mas estou de portas abertas para o Movimento Feminista e espero contar com subsídios dos grupos em alguns assuntos.

Quais os temas de interesse da mulher que a senhora considera importantes?

Na minha opinião a violência doméstica é grave e deve ser combatida porque repercute diretamente nos filhos e na sociedade. Este assunto não tem recebido a devida atenção. A questão do aborto também é importante e polêmica porque envolve posições religiosas, mas os critérios jurídicos devem ser defendidos pelo Congresso. Acho, também, que as cotas na política ainda são indispensáveis neste primeiro momento, quando os partidos políticos não apóiam totalmente as mulheres, no entanto, vejo com cautela a manutenção das cotas por um longo tempo.

Qual a sua expectativa em relação ao fato de ser a primeira mulher a assumir o Supremo?

É uma grande responsabilidade. Existe uma curiosidade em saber como será a atuação de uma mulher no Supremo. Sei que qualquer coisa que eu disser será analisada com rigor. Farei o possível para r0ealizar bem meu trabalho.

A página 10 do FÊMEA " Mulheres na Política" foi padronizada durante este ano trazendo entrevistas, artigos e reportagens sobre a atuação das mulheres na política, principalmente nas eleições municipais. A partir de agora decidimos dar um novo nome à página: "Mulheres no Poder". A página está aberta para quem quiser escrever sobre o empoderamento das mulheres e mandar notícias sobre o tema.

Sou cidadã, conheço meus direitos

"NÃO LEVE AIDS PARA CASA. USE CAMISINHA"

Este foi o slogan escolhido pelo Ministério da Saúde para sua campanha do Dia Mundial de Luta Contra a Aids do ano 2000 – 1º de dezembro e é dirigida diretamente ao sexo masculino, sem deixar de atingir, também diretamente, o sexo feminino, pois um dos maiores problemas enfrentados pelas mulheres heterossexuais, que vivem relações estáveis, é negociar com seus parceiros o uso da camisinha.

Como o próprio Ministério da Saúde diz, ela é "um alerta claro para a necessidade da adoção do uso do preservativo em todas as relações sexuais".

Medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS

Entre a legislação brasileira sobre o HIV e a AIDS, destacamos a Lei 9.313, de 13/11/96, que garante a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS. Vejamos, de forma simplificada, o que diz a lei:

O direito

Tod@s @s portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) têm o direito de receber, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde – SUS, toda a medicação necessária a seu tratamento.

Padronização dos medicamentos

Os medicamentos serão padronizados pelo Ministério da Saúde: cada estágio da infecção e da doença deverá usar o mesmo medicamento. Isto facilitará a aquisição dos mesmos pelos gestores do SUS.

Padronização das terapias

As terapias também serão padronizadas e revistas anualmente, ou sempre que se fizer necessário, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

Quem financiará essas despesas

As despesas decorrentes da implementação desta Lei serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Exigência e fiscalização pela sociedade civil

Os conselhos de saúde dos municípios, que são obrigados a ter participação da sociedade civil, podem e devem exigir das secretarias de saúde o cumprimento desta Lei e denunciar, caso não sejam oferecidos os direitos estabelecidos pela Lei 9313/96.

Tratamento da AIDS em Hospital-Dia

A Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, criou a modalidade de **hospital-dia**, para atender pacientes com doença AIDS que não necessitam ficar internados, através da Portaria 93, de 31/05/94 (regulamentada pela Portaria 130/94). Entre outras determinações, estabelece as seguintes diretrizes e normas:

Diretrizes

- organização de serviços baseada nos princípios de universalidade, hierarquização, regionalização e integralidade das ações;
- diversidade de métodos e técnicas terapêuticas nos vários níveis de complexidade assistencial;
- garantia da continuidade da atenção nos vários níveis;
- multiprofissionalidade na prestação de serviços;
- ênfase na participação social na assistência ao doente AIDS;
- definição dos órgãos gestores locais como responsáveis pela complementação da presente Portaria normativa e pelo controle e avaliação dos serviços prestados.

Principais normas para o atendimento no Hospital-Dia

O Hospital-Dia representa um recurso intermediário entre a internação e o ambulatório. Desenvolve programas de atenção de cuidados intensivos por equipe multiprofissional, visando substituir a internação integral.

Algumas atividades do Hospital-Dia

- atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, social, de orientação, dentre outros);
- atendimento grupal às famílias e/ou pacientes;
- visita domiciliar;
- atividades comunitárias visando trabalhar a integração d@ paciente/AIDS na comunidade e sua inserção social;

EXTRAÍDO DA LEGISLAÇÃO ATUAL E DO SITE DO PN/DST-AIDS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE: WWW.AIDS.GOV.BR

Nota: estamos usando o símbolo @ para masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos. Exemplo: filh@ significa filha mulher e filho homem.

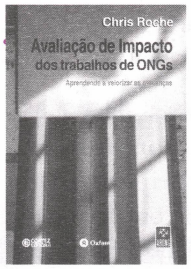
EXTRAÍDO DO GUIA DOS DIREITOS DA MULHER – CFEMEA-1996, EDITORA RECORD (PODE SER ENCONTRADO NAS LIVRARIAS) E DA LEGISLAÇÃO ATUAL

Acontece

Sexualidade e Saúde Reprodutiva

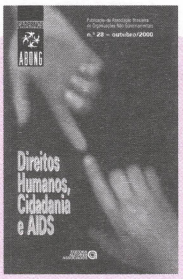
O VII Curso Regionalizado de Introdução à Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva acontecerá de 19 de março a 04 de abril de 2001, em Salvador, Bahia. O curso faz parte do Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA e é dirigido para a região Norte e Nordeste. As inscrições devem ser feitas até 10 de janeiro de 2001, com *curriculum vitae* e uma proposta preliminar de investigação. Mais informações pelo fone (71) 245-0544 ramal 253, fax (71) 237-5856, e-mail musa@ufba.br ou www.isc.ufba.br.

Impacto de ONGs



Avaliação de Impacto dos Trabalhos de ONGs: Aprendendo a Valorizar as Mudanças é a adaptação para o Brasil, feita pela ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais), do livro *Impact Assessment for development Agencies*, de Chris Roche. A publicação parte de estudos de casos desenvolvidos em vários países, mostrando a diversidade de procedimentos e técnicas utilizadas nas atividades que buscam o desenvolvimento social. O objetivo é tornar a avaliação de impacto acessível sem ser simplista. Está, principalmente, dirigido para quem está engajad@ no desenvolvimento dos sistemas de monitoramento e avaliação de organizações. Mais informações na ABONG pelo fone/fax (11) 3237-2122, e-mail abong@uol.com.br ou www.abong.org.br.

Aids



Direitos Humanos, Cidadania e Aids é o título do *Cadernos ABONG* de outubro. O *Caderno* tem como objetivo reconhecer um conjunto significativo de Organizações Não-Governamentais no desenvolvimento e aprimoramento de técnicas e programas de prevenção e assistência relacionados à Aids e à luta contra preconceitos e afirmação cultural da diferença. Além de tornar públicas a história e a importância da presença das ONGs/Aids no país. Mais informações na ABONG pelo fone/fax (11) 3237-2122, e-mail abong@uol.com.br ou www.abong.org.br.

Fórum Social Mundial

Um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de tod@s que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados, em cada país, e nas relações internacionais. Este é o objetivo do Fórum Social Mundial que acontecerá nos dias 25 a 30 de janeiro, em Porto Alegre. Mais informações no site http://www.forumsocialmundial.org.br

Democracia Viva

A última edição do ano da revista Democracia Viva, do Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas fala de temas como violência, limites entre corrupção e política, o drama dos jovens em busca de emprego, parceria na ação participativa local, balanços sociais, grafite e cultura hip hop. Informações sobre a Democracia Viva pelo fone (21) 509-0660, e-mail democraciaviva@rits.org.b ou www.ibase.br.

IMPRESSO

Fêmea Jornal
CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602 - Ed. Venâncio 3000
70716-000 – Brasília-DF – Brasil